MUSEU FREI GALVÃO
ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETÁ
CENTRO SOCIAL DE GUARATINGUETÁ
Praça Conselheiro Rodrigues Alves - nº 48 - 2º andar
1999 **nº 199**

A INDEPENDÊNCIA DE APARECIDA


O PHAROL

ORGAM INDEPENDENTE E DEDICADO AOS INTERESSES DO MUNICIPIO

Municipio d'Apparecida

Aparecida comemora, a cada dia *17 de dezembro*, o aniversário de sua emancipação política, que ocorreu no ano de 1928. O desejo, porém, dos aparecidenses, de se emanciparem de Guaratinguetá, já vinha de longa data. De fato, a criação da Freguesia da Capela de Nossa Senhora Aparecida, vinculada à Paróquia de Guaratinguetá, se dera em 1842. Nesse mesmo ano, ali foi criado um Distrito de Paz, que teve vida efêmera, sendo suprimido dois anos depois. Em 1880, novamente foi criado o Distrito de Paz que, também após dois anos, foi suprimido, para ser instalado em definitivo no ano de 1891.

Data de 1893 a criação da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, firmando sua independência religiosa de Guaratinguetá. Esse fato logo acendeu a idéia da emancipação política do antigo Bairro da Capela. Já a 6 de julho de 1895, o jornal Folha de Aparecida fazia publicar uma representação que, nesse sentido, havia sido encaminhada ao Congresso Estadual, pois, naquela época, os estados tinham o seu Congresso, com Câmara e Senado estaduais. Ainda que essa causa houvesse sido então entregue ao Dr. Carlos de Campos, político de grande prestígio no Estado, o movimento não foi adiante. Um ano depois, nova representação, datada de 24 de maio de 1896, foi igualmente encaminhada ao Congresso Estadual, ainda sem qualquer sucesso.

Em 1898, os deputados do Distrito Eleitoral da região subscreveram o projcto nº 84, apresentado ao Congresso Estadual pelo senador Arnolpho de Azevedo, de Lorena. Uma vez mais era pleiteada a separação política de Aparecida e Guaratinguetá. O projeto vinha assinado pelo Cônego Valois de Castro, A.M. Fontes Júnior, Oscar de Almeida, Aristides Monteiro, Manoel Bento, Gomes Nogueira, Malta Júnior e Carlos Porto, que eram representantes dos municípios de Lorena, Taubaté, Pindamonhangaba, Bananal e São Luiz do Paraitinga. Nenhum político de Guaratinguetá o subscrevia. "Embora prestigiado por todos os políticos da região e apresentado pelo mesmo Deputado Carlos de Campos, o projeto foi uma vez mais rejeitado".

Todos esses fatos políticos vinham ocorrendo depois da queda da monarquia, no início do período que os historiadores chamam de Primeira República, que iria se estender até o ano de 1930. Era a época em que o poder político se achava concentrado nas mãos dos chamados "coronéis", assim apelidados os mais fortes representantes da elite rural, gerada pelo poder econômico do café. Maria Isaura Pereira de Queiroz informa que "não raras vezes esse poder se

concentrava em mãos de uma determinada família. Era o que se chamava oligarquia política. Mas é também nesse período que os coronéis da política começam a ser contestados, analisados e mesmo atacados pela imprensa, que surge como o grande veículo de contestação. Essa contestação se estendia, igualmente, a livros e panfletos, em que a oligarquia era apontada como a fonte de todos os males. A oposição tinha situação bastante difícil, os mandões locais (oligarcas) continuavam, nos municípios, dominando a administração, o poder judiciário, a Câmara Municipal. A oposição nem sequer podia votar, porque o processo eleitoral, estando nas mãos da Câmara e do Judiciário, era o mesmo do que estar nas mãos do coronel" (in O Mandonismo na Vida Política Brasileira).

Essa situação ocorria por todo o Vale do Paraíba. Em Guaratinguetá, a oligarquia era tipificada pela família Rodrigues Alves, cujos correligionários se conheciam como alvistas. A resistência a esse mandonismo, por outro lado, concentrou-se em torno da família Camargo, inicialmente com o Dr. Eduardo Augusto Nogueira de Camargo e, em seguida, com seu filho Dr. João Baptista Rangel de Camargo, ambos advogados e sucessivamente eleitos deputados à Câmara Estadual. Seus correligionários, em oposição aos alvistas, passaram a ser identificados como camarguistas. A política local se resumia, assim, na luta entre o alvismo, que queria a preservação de sua oligarquia, e o camarguismo, na resistência à dominação alvista. Essas lutas não se restringiam apenas a artigos pela imprensa, ou a panfletos, muito em uso naquela época em que não havia rádio nem TV. Não raro ocorriam confrontos físicos, que algumas vezes se transformavam mesmo em acirrados combates. Foi dentro desse contexto que o camarguismo retomou a bandeira da independência de Aparecida (que então também compreendia o atual município de Roseira) contra o que, em consequência, se posicionou o alvismo.

Na imprensa, a situação alvista, em Guaratinguetá, era representada pelo jornal Correio Popular, enquanto a oposição camarguista era representado pelo jornal O Pharol que, após uma tentativa de empastelamento, passou a ser impresso na própria casa de Rangel de Camargo. Em Aparecida, também na oposição e lutando por sua independência, havia os jornais Luz de Aparecida, do Cônego Henriques, e A Liberdade, dirigido por Julio M. Braga, tendo como gerente Irineo Carvalho.

Perseguições, lutas, remoção de todos os funcionários que não seguissem a orientação dominante, compra de votos, fraudes eleitorais, quando "votavam até defuntos", atos de vandalismo, violências contra quem ousasse seguir a oposição, peso de impostos e falta de água aos aparecidenses que lutavam pela emancipação, sessões da Câmara de Guaratinguetá que se realizavam secretamente, em locais ignorados e sem a presença de vereadores da oposição, falta de publicação de balancetes pela Prefeitura, nomeação para todos os cargos públicos sempre dos amigos e dos parentes dos detentores do poder, era esse o noticiário permanente da imprensa de então. Era a força do mandonismo, na violenta preservação da oligarquia. "E se algum aparecidense tivesse a ousadia de reclamar... preferiam usar do método que sempre usaram - impor pelo terror... não deixando escapar das mãos o bastão do comando, transformado em instrumento de suplício". Tudo confirmava a filosofia alvista: "De Aparecida tudo, e para Aparecida, nada" (in A Liberdade, 14/12/1924).

No ano de 1924 foram eleitos deputados estaduais, pelo mesmo distrito, João Baptista Rangel de Camargo e José (Juca) Rodrigues Alves Sobrinho, que eram primos e pertenciam ao mesmo partido, o PRP (Partido Republicano Paulista). Todavia, Rangel de Camargo era pela emancipação, enquanto Rodrigues Alves Sobrinho era contrário, afirmando que Aparecida, emancipada, "ficaria com extensão microscópica" (in A Liberdade, 20/4/1924). Na realidade, o que temia era a perda do reduto eleitoral de Aparecida, que considerava como "seu feudo".

Coroando, finalmente, as lutas e trabalhos do povo aparecidense, a 12/11/1925 o deputado Rangel de Camargo apresentou à Câmara o projeto número 34, criando o município de Aparecida, anexando toda a documentação necessária, inclusive a prova de que Aparecida já contava com uma população superior a dez mil habitantes. A oligarquia logo se posicionou contra o projeto, usando como tema principal o argumento de que a população de Aparecida "não era suficiente para a emancipação".

Em trabalho intitulado *Subsídios para a História Administrativa de Aparecida*, o Prof. José Benedito de Souza informa: "a rejeição do projeto tinha como principal responsável a chamada política de cúpula. Washington Luiz (Presidente do Estado) e os Alves se compunham politicamente, e como os Alves se opunham ao projeto, sua rejeição foi conseguida. Para se aquilatar a potência da oligarquia alvista salientamos: Oscar Rodrigues Alves era, na época, Senador Estadual; Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, Deputado Federal; José Rodrigues Alves Sobrinho, Deputado Estadual e Vereador em Guaratinguetá. Representavam, pois, grande força política". (in Santuário de Aparecida, 17/12/1978).

Em Guaratinguetá existia um outro chefe alvista, o Comendador Antônio Rodrigues Alves. Era irmão do Presidente Rodrigues Alves e pai do Deputado Estadual José (Juca) Rodrigues Alves Sobrinho. Político de grande prestígio e muito temido, o Comendador costumava dizer: "O Chico manda no Brasil. Em Guaratinguetá, mando eu". De fato, o Presidente Rodrigues Alves preocupava-se com a política nacional, nunca se envolvendo com os problemas políticos de Guaratinguetá e Aparecida, que permaneciam entregues à oligarquia local.

Rejeitado, assim, o projeto de emancipação, os aparecidenses reagiram prontamente, fundando a Liga pró Emancipação de Aparecida no mesmo mês de novembro de 1925. "No cinema Rio Branco, pequeno para conter a enorme multidão que ali se reunia para o comício, foi instalada a Liga, após discursos inflamados do Dr. José Cesar Salgado e do Deputado Rangel de Camargo", noticiou o jornal A Liberdade.

A LIBERTAÇÃO

"O povo de Aparecida jamais se submeterá de novo ao regime de cabresto, do tronco, do bacalhau... e jamais se curvará ao domínio nefasto do alvismo", proclamava A Liberdade a 3 de janeiro de 1926. O movimento pró-emancipação se tornava cada vez mais forte, juntando-se a Rangel de Camargo o prestígio do Deputado Etulain Autran, médico em Lorena (tio do ator Paulo Autran), e do Senador Arnolfo de Azevedo, também de Lorena.

Em 1928 assumiu o Governo do Estado o Dr. Júlio Prestes, que igualmente era simpático à causa da emancipação de Aparecida. As forças da oligarquia, antevendo agora uma derrota, decidiram aderir ao movimento, procurando uma composição, conforme narra o Prof. José Benedito de Souza: "o Benedito Barreto foi procurado por Alfredo Neves, da parte dos Alves. Depois da situação ter sido analisada pelos companheiros de luta, Benedito Barreto e João Barbosa partem para São Paulo. No encontro político, o Dr. José Rodrigues Alves Sobrinho comunica que os Alves não mais se opunham à independência de Aparecida, mas exigiam que seus amigos locais não sofressem represálias... O apoio governamental seria dado ao projeto, que tramitaria sem obstáculos".

O projeto emancipador foi relatado pelo Deputado Sá Pinto, e acompanhado pelo Deputado Rangel de Camargo, autor do igual projeto de 1925. Coroando muitos anos de lutas e de sacrifícios, o projeto foi finalmente aprovado sem dificuldade a *17 de dezembro de 1928*, tornando realidade o ideal há tantos anos acalentado pelo povo de Aparecida.

THEREZA E TOM MAIA

NOTAS DO MUSEU FREI GALVÃO

Esta monografia é uma síntese da pesquisa elaborada pelos autores a pedido do Departamento de Educação e Cultura de Aparecida, nos 65 anos da emancipação do Município. Jornais, documentos e fotos são do Arquivo Memória de Guaratinguetá, do Museu Frei Galvão.

FONTES DE CONSULTA

- ALVES, Américo - O município de Aparecida. Representação do povo ao Congresso do Estado. São Paulo, Secção de obras D' "O Estado de São Paulo", 1924.
- ATHAYDE, Manoel, Capitão - Aparecida no bolso. Edição do autor, 1952.
- CAMARGO, Conceição Borges Ribeiro - 17 de dezembro. Santuário de Aparecida, 1980.
_____ A história de Aparecida nos 85 anos do "Santuário". Santuário de Aparecida, 10 nov. 1985. Nº 4.223.
- HERRMANN, Lucila - Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos. Revista de Administração, Universidade de São Paulo, maio/jul. 1948.
- MACHADO, Padre - Aparecida na História e na Literatura. Campinas, Gráfica Editora, 1976.
- MAIA, Tom e Thereza -Alvismo e Camarguismo: mandonismo e resistência em Guaratinguetá. In: Vale do Paraíba - política e sociedade. Gabriel Chalita, coordenador. Aparecida, Editora Santuário, 1993.
- MAIA, Tom - Centenário do Dr. João Baptista Rangel de Camargo. Guaratinguetá, Museu Frei Galvão, Arquivo Memória de Guaratinguetá, Centro Social, 1991.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1970.
- SOUZA, José Benedito de, Prof. - Aparecida: 50 anos de independência. Suplemento do jornal Santuário de Aparecida, 1978.

JORNAIS

- O APARECIDA. 17 dez. 1993.
- FOLHA DE APARECIDA. 18 maio 1895, 6 jul. 1895, 24 maio 1896, 10 jul. 1898.
- O GARÇA. Guaratinguetá, 4 dez. 1992.
- A LIBERDADE. Aparecida, 1924-1928 (Coleção completa). Arquivo Memória de Guaratinguetá do Museu Frei Galvão.
- O PHAROL. Guaratinguetá, 1924-1931. (Coleção completa). Arquivo Memória de Guaratinguetá, do Museu Frei Galvão.
- SANTUÁRIO DE APARECIDA. Aparecida, 1915-1993. Coleção do Arquivo Memória de Guaratinguetá, do Museu Frei Galvão.
- VALEPARAIBANO. 17 dez. 1978.

- ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETÁ DO MUSEU FREI GALVÃO.
- ARQUIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS VALEPARAIBANOS.
- ATAS DA CÂMARA DE GUARATINGUETÁ. 1893 a 1937. Arquivo Memória de Guaratinguetá do Museu Frei Galvão.
- ATAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DE SÃO PAULO. 1924 a 1928. Organizado pelos Tachygrafos Manuel M. Erichsen e Luiz A. Pereira da Fonseca. São Paulo, 1930.
- DISCURSO proferido na Câmara Municipal de Aparecida por José Benedito de Souza em 17 dez. 1978, contendo "subsídios para a história da emancipação político administrativa de Aparecida".
- DISCURSO-DEPOIMENTO proferido pelo Dr. João Baptista Rangel de Camargo na homenagem a ele prestada no cinqüentenário da emancipação política de Aparecida.12 dez. 1978. Arquivo Memória de Guaratinguetá do Museu Frei Galvão.
- ENTREVISTAS e depoimentos orais com eleitores alvistas e camarguistas e seus descendentes, de Guaratinguetá e Aparecida.